

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

AVANA HELENA DE ARAUJO LEAL

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE PICOS - PI**

**PICOS - PI
2011**

AVANA HELENA DE ARAUJO LEAL

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE PICOS - PI**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus Senador Helvidio Nunes de Barros, como requisito final para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a orientação da Professora MS. Janille Maria Lima Ribeiro.

PICOS - PI

2011

AVANA HELENA DE ARAUJO LEAL

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE PICOS - PI**

Monografia apresentada em: 17/11/2011

BANCA EXAMINADORA

Janille Maria Lima Ribeiro

Ana Carmita

Natália de Almeida Simeão

PICOS - PI

2011

DEDICATORIA

A Deus que muito me ajudou nas horas de angustia e conflitos pelos quais atravessei e que sem a sua presença não seria possível resolvê-los.

Ao meu esposo, pela compreensão, carinho e tempo disponível para me ajudar nas tarefas em que lhe solicitei.

Às minhas filhas, Aglemylly e Aemylly, razões de minha vida.

Aos meus pais, pelo apoio prestado.

Às minhas queridas amigas e mestres Ana Carmita, Natália Simeão pelos seres humanos que são, pela disponibilidade com que se mostraram a mim.

À minha orientadora Janille Maria Lima Ribeiro, pelas orientações dadas.

AGRADECIMENTOS

À Deus, ser supremo...

Aos meus pais, familiares e amigos

Ao meu esposo, pelo carinho e compreensão

Às minhas filhas, por serem tão preciosas

Aos colegas de classe, pelos anos convividos juntos

Aos professores da Universidade Federal do Piauí, porque se tornaram pessoas importantes para mim

À todos, muito obrigado!

“Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular (...)”(MANTOAN, 2005, p.20)

RESUMO

Em face da complexidade das questões que se colocam em torno do processo de inclusão dos alunos com deficiência visual, o objetivo do estudo é de analisar como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual em âmbito municipal, na cidade de Picos- PI. A discussão tem como problema de pesquisa entender o seguinte questionamento: como tem ocorrido a inclusão de pessoas com deficiência visual? E a partir do problema formulado, o que passa a justificar tal discussão é a necessidade de compreender como vem sendo feita essa inclusão, tendo em vista que esta pressupõe uma série de reflexões que devem ser analisadas e observadas para não correr o risco de cair no erro ou nos modismos que não zelam pela qualidade dos serviços oferecidos, mas apenas se cumprem mediante os trâmites legais e políticas desenvolvidas. Dessa forma, o estudo se torna relevante porque traz à tona os aspectos importantes que se dão em torno da inclusão dos alunos com deficiência visual na escola pública, na medida em que revela as falhas da oferta desse ensino e aponta as características gerais que fomentam o processo de inclusão dos alunos deficientes na rede pública. Em torno das pessoas com deficiência, pode-se avaliar que a inclusão destes sujeitos no âmbito social, profissional, cultural enfim, em todas as áreas da vida humana tem uma considerável evolução, haja visto que passou da segregação para a perspectiva reabilitadora e socializadora. Durante a pesquisa bibliográfica fiz um levantamento de dados teóricos que foram construídos por estudiosos do tema e áreas afins. A pesquisa de campo foi desenvolvida na sala especial e teve como referência o atendimento oferecido aos alunos com deficiência visual. A pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados, uma entrevista aplicada a professores da escola, bem como ao gestor da instituição para melhor detectar a veracidade das informações. O local onde foi realizada a pesquisa é uma escola que pertence à rede pública estadual de ensino no município de Picos- PI e funciona há mais de três décadas. Os professores têm, muitas vezes, uma formação superior em uma área e atua em outra, o que pode ainda mais prejudicar seu desempenho docente. O ambiente em que foi preparado para receber os alunos com deficiência na escola é uma sala ou classe especial em que eles fazem o primeiro contato com os recursos destinados ao uso dos alunos com deficiência. A escola trabalha de forma homogênea o repasse dos conteúdos aos alunos com deficiência inseridos nas classes regulares. Pode-se aqui constatar que não levam em consideração as limitações individuais na avaliação de desempenho. A baixa qualificação profissional é outro elemento falho da política de inclusão que a escola possui.

Palavras-chaves: Educação Especial. Deficiência visual. Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 DEFICIÊNCIA :TIPOS E CARACTÈRISTICAS.....	12
1.1 Panorama histórico	14
2 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL.....	22
2.1 Educação Especial: Aproximação conceitual.....	22
2.2 Marcos legais da Educação Especial	25
2.3 Compreendendo a Educação Inclusiva.....	31
3 A ATUAÇÃO DOCENTE FRENTE AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL OU ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	35
4 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LDB E SUA PROPOSTA INCLUSIVA NA REALIDADE BRASILEIRA.....	37
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	44
5.1 Caracterização da pesquisa.....	44
5.2 Campo e sujeito da pesquisa.....	44
5.2.1 Caracterização da Escola.....	45
6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	47
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERENCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Tratar da inclusão, na escola, dos alunos com deficiência visual é, necessariamente, remeter-se à inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais e alguns aspectos que estão atrelados à essa questão para além da sua entrada na rede regular tão somente.

A inclusão, na escola, destes alunos suscita muitas outras questões que revelam os limites e possibilidades dessa inserção e também aborda os preconceitos sociais com que estas pessoas tem se deparado.

O Brasil passa por uma reforma importante no seu sistema educacional público na tentativa de introduzir a educação inclusiva em suas escolas buscando valorizar a heterogeneidade de seus alunos para que haja um aprendizado mútuo. O paradigma da inclusão vem sendo acentuado nos últimos anos, deste século, quando as legislações globais pressionam os países a repararem seu aparelho de ensino adequando as ferramentas escolas às singularidades de cada educando.

É notório observar que o percurso existente entre as primeiras iniciativas de educação especial e a educação inclusiva no Brasil é marcado pelo contexto histórico, social e político de cada época, e que quando ainda se falava em educação especial no sentido de segregar o aluno em instituições e salas especiais, em alguns outros países a inclusão escolar já se efetivava enquanto um sistema de ensino. A justificativa para isso encontra-se na própria herança histórica brasileira marcada por um longo processo de submissão, depois de ditadura e só agora no último século, que se caminha rumo a democracia.

A Educação no Brasil, nos últimos anos sofreu significativas mudanças ao serem inseridos os aspectos da inclusão postulas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Inclusão. Antes de iniciar o estudo de tal política é necessário definir o atual conceito da educação especial na perspectiva da educação inclusiva

“A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular”. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, 2008).

Com este novo conceito a Política visa entre outros objetivos assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, denominados de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE, configurando-se no público alvo da política.

A resolução CNE/CEB Nº 2/2011 considera alunos com NEE, aqueles que durante o processo educacional apresentar dificuldades no aprendizado ou limitações que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares derivadas ou não de causa orgânica específicas; das condições, disfunções, limitações ou deficiência; das dificuldades de comunicação que exige a utilização de linguagens e códigos específicos; de altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. Nesse sentido, educandos com NEE envolve um número e uma diversidade de indivíduos enorme saindo do propósito inicial da educação especial brasileira que voltava-se apenas para aqueles que possuíam algum tipo de deficiência.

A Política norteia os sistemas de ensino para garantir: acesso à educação regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do atendimento educacional especializado, os chamados AEE; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Inclusão, 2008)

Para que haja a inclusão proposta pela Política, segundo Vieira (2009) é necessário a transformação da escola nos seguintes níveis: gestão, práticas pedagógicas e atendimento educacional especializado – AEE. Na gestão, a escola tem o dever de proporcionar o desenvolvimento de valores que fomentam a organização escolar de acordo com as especificidades de cada aluno, envolvendo todos num sistema integrado. As práticas pedagógicas organizam-se de modo a atender as diferenças dos alunos adaptando o ensino e os apoios de modo que integrem-se ao aprendizado de cada um, garantido a participação efetiva de cada

um. O AEE, é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras.

O AEE é definido nas diretrizes na atual Política de Educação Especial (2008) que caracteriza como sendo o atendimento especial dedicado ao aluno com NEE inserido na sala comum. É ofertado no contraturno do ensino regular, numa sala com recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular que disponibiliza programas de enriquecimento curricular, com o ensino de linguagens e códigos que melhorem a comunicação. O atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum e não deve ser substituta da escolarização. O AEE não pode ser confundido com reforço escolar, mas configura-se como um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de produção de conhecimentos.

O acesso a educação começa a ser ofertado na educação infantil onde se trabalha o lúdico. Do nascimento aos três anos, segundo a atual Política de Educação Especial (2008) o atendimento especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam aperfeiçoar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. É organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

Diante desta afirmação surgem indagações: Os professores da AEE conseguiram atender ao aluno e dar conta de todas essas atribuições numa jornada de trabalho de 40 horas semanais? Que formação será necessária? Será que cursos de especialização oferecidos são suficientes para atender às demandas exigidas para a atuação deste profissional?

Assim, reconhecendo que as políticas educacionais são uma afirmação do direito a educação de alunos com NEE, só a sua formulação sem promover formações para que seja operacionalizada, irá levá-la ao fracasso. A formação profissional atualizada é o primeiro passo para que as diretrizes desta política sejam postas em prática.

Em face da complexidade das questões que se colocam em torno do processo de inclusão dos alunos com deficiência visual, o objetivo do estudo é de analisar como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual na rede regular de ensino público em âmbito municipal, na cidade de Picos-PI. Especificamente, o estudo busca refletir sobre o processo de inclusão, dadas as

questões que pressupõe, identificar de que maneira a escola pública tem buscado promover a inclusão dos alunos com deficiência visual , assim como também aos professores que lidam diretamente com esses alunos e neles se expressam os limites e possibilidades do trabalho com esses.

A discussão tem como problema de pesquisa entender o seguinte questionamento: como tem ocorrido a inclusão de pessoas com deficiência visual na rede regular de ensino? E é a partir do problema formulado, o que passa a justificar tal discussão é a necessidade de compreender como vem sendo feita essa inclusão, tendo em vista que esta pressupõe uma serie de reflexões que devem ser analisadas e observadas para não correr o risco de cair no erro ou nos modismos que não zelam pela qualidade dos serviços oferecidos, mas apenas se cumprem mediante os tramites legais e políticas desenvolvidas

Sabendo da importância que o tema tem, a fim de problematizar de maneira mais profunda e reflexiva neste trabalho, o primeiro capítulo trata dos tipos e características da deficiência e, por meio desse tema, faz uma incursão em torno do panorama histórico da deficiência. O segundo capítulo versa sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional brasileiro e para tanto, aborda a Educação Especial, seus marcos legais e procura trazer uma compreensão sobre a Educação Inclusiva. No terceiro capítulo, o estudo discute sobre a atuação docente frente aos alunos com deficiência visual, a fim de mostrar como vem acontecendo dentro da escola regular o processo ensino-aprendizagem voltado para estes. No quarto capítulo, o estudo dá ênfase a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) e sua proposta de educação sob o paradigma inclusivo.

DEFICIENCIA : TIPOS E CARACTERISITICAS

A tematização de deficiência remete a considerações sobre as distintas formas de deficiências, visto que, quando se fala nessa temática, pensa-se em fatores físicos, sociais, psicológicos. No contexto da sociedade contemporânea, predomina a distinção da limitação de um individuo por meio de doenças ou conseqüências de violências desenvolvidas na sociedade. Nesta esfera, a

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2000) mostra que as distinções para com as pessoas com algum tipo de limitação expressam-se na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Vale ressaltar que existem vários tipos de deficiência, presentes em um mesmo contexto. Para as finalidades do presente trabalho, adotou-se a classificação de Santos (1999, p. 26). De acordo com esse autor, são cinco os tipos de deficiência existentes, classificando-as quanto às formas e distinguindo-as entre si. São elas: física, mental, visual, auditiva e múltipla. De acordo com o referido autor, esta classificação se explica da seguinte forma:

Deficiência Física é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênitas ou adquiridas.

Deficiência Visual é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como cegueira ou visão reduzida.

Deficiência Auditiva é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Manifesta-se como surdez leve / moderada, surdez severa / profunda.

Deficiência Mental caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo responder adequadamente às demandas da sociedade.

Deficiência Múltipla é a associação no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditivo-física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. (SANTOS, 1999, *apud* MOSER e RECH, 2003).

Conforme a contribuição do autor, os vários tipos de deficiência podem se manifestar de modo associado, ou seja, é possível que uma mesma pessoa apresente múltiplas deficiências. Entretanto, é oportuno refletir como a sociedade se apresenta diante das pessoas com algum tipo de limitação física ou mental, visual ou auditivo, pois apesar dos avanços registrados na legislação e na Educação, no contexto social, a sociedade ainda perdura o pensamento negativo de não reconhecer o pleno potencial e os direitos desse segmento.

Gugel (2007), reconhece as mesmas manifestações de deficiência (física, mental, auditiva, visual e múltipla), no entanto, as agrupam em quatro tipos semelhantes à classificação de Santos (1999): deficiência visual, deficiência motora, deficiência mental e deficiência auditiva, sendo que as pessoas podem possuir uma única ou múltiplas deficiências.

Na visão de Silva (2004) além destas classificações adotadas pelos autores supracitados, ainda relata as limitações da terceira idade, que muitas vezes são tratadas pela sociedade como deficiências, por adquirirem doenças geriátricas que limitam o movimento, o raciocínio e a vida em sociedade, a citar, quadros de esclerose, de paralisia muscular, de déficit visual, mas que podem ser administrados com uma sobrevida razoável se tiver acompanhamento profissional e cuidado familiar adequado. Como se percebe, classificar é importante para observar a distinção entre as categorias, entretanto, para tal distinção é importante não limitar somente ao tipo de deficiência, mas se atentar ao cuidado e a própria inclusão que esses sujeitos foram conquistando ao longo da história, já que essa inclusão tem se apresentado como um grande desafio.

No contexto populacional brasileiro, informações apresentadas pelo IBGE, no Censo 2000, expõem que entre as pessoas com deficiência, o grupo mais numeroso é o visual, com cerca de 16,6 milhões de indivíduos, dos quais cerca de 150 mil são cegos, os demais apresentam algum grau de perda visual. As pessoas com deficiência motora (incapacidade ou dificuldade de locomoção) somam ao todo 5,7 milhões de brasileiros, e 9,7 milhões se declaram pessoas com deficiência auditiva, dos quais 176 mil são incapazes de ouvir. Já as pessoas com deficiência mental são 2,8 milhões e as pessoas com deficiência física (tetraplégicas, paraplégicas, hemiplégicas ou amputados), são 1,4 milhões.

1.1 Panorama histórico

A deficiência deve ser vista hoje como uma condição de fazer algo individual da maneira mais propícia que for conveniente ao indivíduo, daí que ele pode ou não ser deficiente, fazer ou não alguma ação tendo como referência sua limitação.

Nesse sentido, pensa-se que a deficiência pode estar relacionada a inúmeros fatores, tais como psicológicos, físicos, sociais, emocionais, dentre outros, referindo também à capacidade e a competência de possuir sentidos diferentes mediante o contexto que é analisado.

Assim sendo, tanto, torna-se relevante mencionar que não se pode tratar do conceito de deficiência sem expor também dados estatísticos referentes ao número de pessoas brasileiras que possuem algum tipo de deficiência. Em relação a isso, de acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) em 2000, cerca de 25 milhões de brasileiros declararam possuir alguma deficiência, o que se configurou um aumento de 1,41% para 14,5% da população só no ano 2002.

A partir da observação destes dados constata-se que a população com deficiência, no Brasil, tem crescido por duas linhas: ou aumento na expectativa de vida da população ou da violência urbana (violência no trânsito, assaltos, entre outros), modificando sistematicamente o perfil desta população que, antes, era o de deficiências geradas por doenças. (IBGE, 2010)

Alem de ser uma conseqüência da violência urbana, a realidade do que seja deficiência não se configura em doença, mas, fatores genéticos que podem gerar a limitação de fato, isto é, a deficiência pode estar ligada à hereditariedade, quando há ligação direta entre a influência do tipo de sangue dos pais em relação ao de seus filhos. Com relação a explicação biológica, Mantoan (2005) esclarece que “muito mais atual e dinâmica é a compreensão da deficiência como parte da área do desenvolvimento social e de direitos humanos, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social” (MANTOAN, 2005, p. 27).

Em torno das pessoas com deficiência, pode-se avaliar que a inclusão destes sujeitos no âmbito social, profissional, cultural enfim, em todas as áreas da vida humana tem uma considerável evolução, haja vista que passou da segregação para a perspectiva reabilitadora e socializadora.

A deficiência é um fenômeno que se tem referência desde os primórdios da civilização. A compreensão desta sempre foi vista com conotações negativas, relacionadas a preconceitos e tabus permeados por muitos tempos na sociedade, vistos até os dias atuais. Nesse preceito, pode-se observar que a pessoa com deficiência em virtude da sua condição sempre foi vítima de vários tipos de discriminação.

Fernandes (2007, p. 19), analisando a questão da deficiência na antiguidade expõe que:

Apenas as pessoas nobres detinham o poder social, político e econômico. O corpo perfeito e forte para guerras, a beleza física, a capacidade retórica para proferir discursos filosóficos, entre outras habilidades, eram aspectos que valorizavam algumas pessoas e conferiam-lhes cidadania nessa sociedade. Qualquer pessoa que fugisse a esse padrão era considerada subumana já que não teria utilidade para a vida em sociedade.

Mediante tal contexto, compreende-se que acontecimentos e fatos distinguiam as pessoas ditas humanas, marcando a especificidade dos indivíduos e o seu destino, em que essa classificação acarretava a divisão da sociedade em duas formas variadas: uma privilegiada e outra, excluída por não possuir certas habilidades.

A esse respeito, é verificado que no contexto histórico até meados da Idade Média, as pessoas que não possuíam nenhuma limitação física eram valorizadas, ao passo que as consideradas “defeituosas” eram isoladas ou exterminadas, já que representavam um obstáculo para a sociedade e o Estado.

Como revela Souza (2008, p. 26) “Os homens selecionavam e eram selecionados pelos grupos quando atendiam aos requisitos de força, agilidade, destreza, raciocínio rápido, etc. As pessoas que apresentavam essas habilidades em uma escala mais baixa eram deixadas para trás”.

Essa realidade começa a ser refletida a partir da Idade Média com o aparecimento do cristianismo, principalmente com o catolicismo. Em razão disto, houve a expansão dos valores cristãos sob a ótica da religião, que passou a focar mais os direitos da pessoa que nesse período não eram reconhecidos como tal, mas como atitudes de piedade cristã, numa perspectiva de criatura de Deus, que, aos poucos, vai se configurando como atos humanistas independente das condições do corpo ou da mente. Sob essa ótica, Fernandes (2007, p. 20) afirma que no período Medieval, a situação de extermínio passa a ser questionada e com isso, muda-se o cenário político da sociedade, pois reconhece-se que todos os homens são “criaturas de Deus”.

Constatou-se, assim, um incremento dos indicadores do pensamento sobre deficiência, sobretudo quanto à receptividade e interação social das pessoas que possuem algum tipo de limitação física e/ou psíquica, já que os indivíduos com esse tipo de deficiência passaram a ser reconhecidos como criação de Deus. Porém, o caminho para a inclusão seria ainda, longo e trilhado a partir de árduas lutas em favor dos direitos da pessoa com deficiência, tendo como norte o combate ao preconceito.

Contudo, a Idade Média, embora, tendo contribuído para conseguir uma caracterização mais humanitária às pessoas com deficiência, não conseguiu avançar nos debates com a sociedade acerca dessa problemática, uma vez que a própria Igreja Católica suprimia as perspectivas de abordagem científica da questão.

Conforme revela Paiva (2000, p. 72):

[...] o grau de interferência da Igreja Católica apresenta fenômenos e entidades que estão no domínio da ciência e passam simplesmente a serem acreditados como certos [...] Esse desencontro entre ciência e religião prolongou-se com bastantes choques interiores [...]

À luz de Fernandes (2007) na Idade Moderna, com a Revolução Francesa, a deficiência passou a ser investigada em torno da explicação científica. Essa explicação, ainda que com amparo científico, se por um lado, serviu para explicar as causas da deficiência e buscar uma forma de evitá-la ou tratá-la em alguns casos, por outro, serviu para estabelecer em um grau mais elevado o preconceito difundido entre as famílias que tinham filhos deficientes, entendidas, a partir de então, como resultantes de uniões ditas imperfeitas, como ressalta Santos (2005, p. 34) ao afirmar que:

Com o avanço da ciência já na Idade Moderna [...] foi constatado também que crianças deficientes nascem em maior proporção entre casais consangüíneos [...] os genes são as características, ou “a identidade do indivíduo”, e a transmissão de genes defeituosos, provenientes de ancestral comum, causaria o nascimento de crianças doentes [...]

Na era contemporânea, já em meados do século XX, diversas correntes de pensamento sobre a deficiência se manifestam em diferentes espaços. Dessas manifestações, registram-se avanços, em especial na assistência à saúde das pessoas com deficiência, uma vez que houve um aumento considerável do número de próteses, cadeiras, bengalas, entre outros acessórios, além da criação e do aprimoramento de ensino especializado para as pessoas deficientes. Para Silva (2004), isto representou conquistas significativas no alcance a acessibilidade.

Segundo o autor supracitado, a necessidade de otimizar a comunicação em busca da quebra de barreiras levou a Inglaterra a realizar em 1904 o primeiro congresso destinado a crianças com deficiência e ano seguinte, os Estados Unidos promoveram a primeira conferência para pessoas surdas de que se tem registro.

Na primeira metade do século XX, duas grandes guerras mundiais se sucederam e com elas muitas atrocidades. Particularmente, na Segunda Guerra Mundial de 1930-1945, o holocausto atingiu muitos deficientes, em nome da causa da supremacia da raça ariana. Apenas em 1948, com o final da guerra e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), é elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que assegura de maneira expressa a garantia aos direitos fundamentais, sem distinção, em que no seu artigo 1º consta: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Esse artigo gerou grande repercussão por contribuir com a causa da inclusão, ou pelo menos com a luta contra o preconceito.

Embora sob a designação “inválida” concebida naquele período, o artigo 25 da referida Declaração alude à pessoa com deficiência, no sentido de reconhecer seus direitos, nos seguintes termos:

Art 25: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Nessa ótica, o artigo mencionado é reconhecido pelo direito às condições básicas de proteção à pessoa com deficiência, em que o caminho para a cidadania ainda era longo, devido o caráter assistencialista das ações desenvolvidas.

Corroborando com esse pensamento, Ribeiro (2001) salienta que o Brasil não foge ao modelo vigente até então, notabilizando-se por ações isoladas e impares de atendimento filantrópico com caráter clientelista.

Na contramão das tendências conservadoras e assistencialistas, merece destaque a trajetória de luta dos movimentos sociais vinculados a estes sujeitos, tendo como objetivo a cidadania. A intensificação dos debates fomentados na imprensa, entre outros espaços sociais, resultou no surgimento da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes no ano de 1975.

Enquanto o ano de 1981 foi instituído como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD), defendendo o tema “Participação e Plena Igualdade” (RIBEIRO, 2001), com isso, a pessoa com deficiência estava adquirindo gradualmente o seu espaço na sociedade.

Para Souza (2008) como resultado dessas ações é promulgada com respaldo popular em 1988 a atual Carta Magna Brasileira e inclui no seu texto os direitos sociais da pessoa com deficiência. As conseqüências positivas mais diretas advindas desses atos foram a inclusão escolar, o acesso a espaços sociais e a seguridade social.

Em 1989, seguindo essa mesma linha de política pública surge a Lei nº 7.853 que discorre sobre o apoio e a defesa dos direitos à integração social das pessoas com deficiência. Em virtude da referida lei, surge a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), cuja meta foi desenvolver a tutela jurisdicional dos interesses coletivos e difusos das pessoas com deficiência.

Conforme explica Ribeiro (2001, p. 02):

Visou, a legislação em pauta, garantir às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie.

Esta percepção mostra que a legislação procurou dar base legal na garantia e dos direitos de cada cidadão, seja este deficiente ou não. Isso mostra que no decorrer dos anos, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, até então, eram vistas sob um olhar discriminatório por parte da sociedade, surgindo inúmeras leis e amparos legais, visando sanar esse tipo de discriminação e preconceito por parte da população.

Desse modo, no intuito de assegurar esses direitos e deveres da pessoa com deficiência é promulgada a Constituição Brasileira de 1988, por meio da mobilização de representações populares e dos órgãos governamentais responsáveis pela implementação e políticas educacionais, de pais e pessoas com deficiência bem como de pesquisadores e profissionais atuantes na Educação Especial.

Segundo assevera Prietro (1997) a Constituição Federal de 1988 é a primeira dentre as Constituições brasileiras que inscreve de modo explícito o direito desses sujeitos.

Nesse cenário, além da educação, outros direitos são adquiridos como: a igualdade de direitos no trabalho, assistência social especial, adaptações materiais, físicas e sociais, visando proporcionar-lhes condições adequadas de acesso aos bens sociais de locomoção e que estes se tornem o mais independente possível,

além do direito ao ensino especializado, sempre que necessário, ou seja, a chamada Educação Especial.

Em relação a essa premissa de reconhecimento dos direitos, é de suma importância a compreensão de igualdade. A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência¹, criada pelo Decreto nº 3.298/99, que busca desenvolver e garantir o direito à inclusão social das pessoas com deficiência e deferir os anseios dos movimentos dos que se beneficiam com a lei e seus partidários de lutas.

De acordo com esta Declaração, pode-se destacar que essas pessoas assistem o direito inerente a todo e qualquer ser humano, de ser respeitado, sejam quais forem seus antecedentes, natureza e severidade de sua deficiência. Para Silva (2004) as pessoas com deficiência passam a ser vistas com os mesmos direitos que os outros indivíduos, fato que implica desfrutar de vida decente, tão normal quanto possível.

Foi a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, que a Educação Inclusiva se transformou em proposta para as escolas de ensino regular, com o objetivo de combater as práticas discriminatórias e promover a integração da criança deficiente na sociedade (SILVA, 2004).

É oportuno destacar também que não basta apenas o que está escrito nos dispositivos legais, é pertinente acreditar que um deficiente tenha a capacidade de interagir no meio social, onde este é capaz de alcançar sua autonomia.

Face ao exposto, constou-se que a trajetória de luta das pessoas com deficiência é caracterizada por avanços, como no caso da Constituição de 88, além da legislação específica que beneficia este amplo segmento no Brasil, por delinear políticas públicas que dêem respaldo ao conteúdo legal. Embora se tenha encontrado alguns retrocessos, como a própria ação dos sujeitos sociais, que tem constituído grandes mudanças acerca da integridade desse expressivo segmento.

Desta feita, serão abordados a segregação e a inclusão, já que estes termos, têm se constituído matéria de amplo debate social nos últimos anos, notadamente depois do advento da Constituição Cidadã.

¹Esta expressão se encontra em desuso, sendo substituída pelo termo “pessoas com deficiência” (Decreto Legislativo nº 186/2008).

Na visão de Amaral (1995), as representações produzidas sobre a deficiência humana sempre estiveram presentes em diversos contextos da história da sociedade ocidental. No período que corresponde à Antiguidade Clássica, o tratamento dado às pessoas com deficiência se caracterizava pela segregação destas, pelo abandono que sofriam.

Já na Grécia, tais pessoas deficientes eram fadadas à morte, expostas publicamente ou abandonadas à própria sorte. Em Roma, competia aos pais o dever de matá-las após o nascimento, tão logo que percebida a deficiência. Para gregos e romanos, a marginalização desta era legalizada e o Estado formado por castas de guerreiros tinha como regra não permitir que cidadãos “disformes ou monstruosos” vivessem.

No período Medieval, a posição que se atribuía às pessoas deficientes encontrava-se entremeada por uma visão religiosa, cristã e esta relacionava a deficiência à culpa, ao pecado ou a transgressão moral e/ou social. Sendo assim, a pessoa deficiente trazia consigo a marca de seu pecado e estava fadada a não estabelecer contato com Deus.

O olhar científico sobre as pessoas com deficiência só viria a se legitimar, de fato, no século XIX a partir dos estudos de alguns teóricos sob uma perspectiva clínica. Nem por isso, tais estudos que partiram dessas contribuições científicas chegaram ao século XX com êxito, pois o movimento nazista marcou profundamente uma forma discriminatória de perceber as pessoas com deficiências, eliminando-as em larga escala.

Segundo ressalta Correia (1999) ao longo da história da humanidade, é possível encontrar diversas políticas de exclusão social que muitas vezes são perversas e extremas. As atitudes atribuídas em relação às pessoas com deficiência eram situações absurdas, como o abandono em montanhas, condenação à morte ou exposição social em praça pública que os marginalizavam e inferiorizavam dada a condição deficiente que tinham e, por essa razão, suprimiam-lhes da sociedade por não admitirem sua existência. De acordo com Fernandes (2002) os fatores que justificavam tais práticas eram de ordem pragmática e também religiosa que se expressavam pelas vias do extermínio.

Na Idade Média, as causas que explicavam os indivíduos “diferentes” estavam atreladas às causas sobrenaturais, práticas de bruxaria, perseguições, criações diabólicas.

De acordo com Fernandes (2002) já nesse período começa-se a perceber uma pequena evolução social em que a Igreja Católica e algumas religiões mudam de concepções e tal Igreja passa, então, a desempenhar um papel determinante na visão das pessoas em relação aos deficientes. Nasce, pois, a concepção assistencialista que, no início do século XVI trouxe à lume uma nova concepção de deficiência: a prática assistencialista a estas pessoas que não implica dizer que venha a existir práticas modificadoras das condições do indivíduo, mas idéias acerca do tratamento à essas pessoas. São as novas perspectivas ideológicas que vão incidir sobre os conceitos de deficiência e uma intervenção sobre elas.

É bem verdade que, ao longo da existência humana, a visão social que se lança em relação às pessoas com deficiência nem sempre foi a mesma, muito menos integradoras, apesar de sofrerem alterações paralelas à evolução humana e à organização social. Diante do exposto, é indubitável a compreensão da perspectiva histórica da pessoa com deficiência, compreendendo assim, como esta foi evoluindo.

2 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL

A educação caracteriza-se por um processo de transmissão de conhecimentos que tem início na alfabetização e segue-se por toda a vida, deste modo, o ato de educar está intimamente relacionado com o sistema educacional. Entretanto, a ausência da estruturação de uma educação inclusiva e eficiente resulta em uma falta de comprometimento para com uma prática de ensino que levará ao aluno com deficiência ações de exclusão e descompromisso.

Para que o ato educacional se desenvolva como prática principal e fundamental do sistema educacional, seria importante não só as instituições educacionais, mas também a família e a sociedade de modo geral, lutar por um verdadeiro acesso a escola, por escolas em condições de efetivar uma educação completa, com estruturas física, funcional e organizacional competentes; capazes de efetuar a ação educacional consciente e inclusiva, compromissada em desenvolver valores de igualdade e sabedoria para todos.

Partindo do contexto da história do Brasil, a educação sempre se apresentou como fator reduzido a uma minoria privilegiada socioeconômica. Com isto, pode-se

afirmar, a educação inclusiva brasileira se encontra fragilizada, devido aos fatores sociais, estruturais e culturais (discriminação social e econômica).

Sendo assim, este capítulo discorre acerca da educação como uma ação inclusiva e compromissada, partindo do contexto histórico brasileiro, já que o mesmo representou por longos anos, uma verdadeira discriminação, por atender somente as famílias abastardas economicamente, tratando, desse modo, de toda evolução trazida pelas conquistas legais, onde será focado o conceito de educação especial.

2.1 Educação Especial: Aproximação conceitual

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos que requerem uma adaptação específica no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

Muito se tem debatido sobre a compreensão e a efetivação da Educação Especial. De acordo com Rodrigues (2009, p. 19), a educação especial é:

Ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas deficientes em instituições especializadas, tais como escola para surdos, escola para cego ou escolas para atender pessoas com deficiência mental. A educação especial realiza-se fora do sistema regular de ensino. Nesta abordagem, as demais necessidades educacionais especiais que não se classifica como deficiências não estão incluídas.

Observa-se que a educação especial tem marcas de exclusão, já que ela se refere ao posicionamento tomado em relação a determinados cidadãos (pessoas com deficiência). Corroborando com o autor supracitado, a Revista Educação Especial (2005, p. 05)

(AFIRMA) afirma que:

A educação especial deve ser compreendida como uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, definida como proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos [...] mas também, gera uma fragmentação, uma insatisfação pela trajetória da integração.

Nessa ótica, a educação especial conduz a uma idéia de um mundo à parte, dedicado à atenção reduzida de alunos, já que estes não interagem com outros sujeitos com diferentes realidades, isto é, o relacionamento destes é apenas com

peessoas que enfrentam a mesma situação.

Assim, a Constituição Federal de 1988 estabelece o direito das pessoas com deficiência receberem educação, como mostra o art. 208, no seu inciso III: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Trata-se, portanto, de dois direcionamentos diferentes: o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação, sempre que possível, junto às demais pessoas, nas escolas regulares.

Numa visão mais ampla, verificam-se duas abordagens à questão da educação especial: a primeira delas refere-se à questão da inclusão propriamente dita que procura explicar a distinção de escolas especiais para pessoas com deficiência; e a segunda a inclusão na perspectiva das adaptações necessárias para que de fato aconteça a inclusão no âmbito dos fatores internos destinados ao deficiente como suas limitações e dificuldades. Todavia, esses fatores organizam-se para atender de maneira específica e exclusiva as pessoas com deficiência.

Nesta abordagem que corresponde aos fatores internos, vale ressaltar o conceito de pessoa com deficiência, em que Rodrigues (2009, p. 19) menciona que “são aquelas que por algumas espécies de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que possam atingir todo o seu potencial”. Com isso, percebe-se que o autor procura deixar bem claro, que essas pessoas, necessitam de adaptações para que possam receber educação, e assim, alcance sua autonomia.

O fato que chama a atenção para o ensino especial é a questão deste, promover o convívio restrito somente a esse público, ou seja, o espaço fica limitado apenas à demanda dos alunos com deficiência, não há interação com os demais alunos. Entretanto, deve-se atentar para o fato que muitas escolas do ensino regular não têm condições e não conseguem oferecer atendimentos as necessidades físicas, emocionais e intelectuais destas pessoas.

Deste modo, o sistema regular de ensino necessita ajustar-se para atender estes sujeitos na educação de maneira inclusiva, em que Rodrigues (2009, p. 20) sobre a adaptação do sistema educativo, expõe três posturas que devem ser seguidas:

Incentivar e promover a aplicação das tecnologias da informação e

comunicação ao sistema de ensino e promover a utilização de computadores pelas pessoas com necessidades especiais [...] criando áreas curriculares específica. Adaptar o ensino das novas tecnologias às crianças com necessidades especiais, preparando as escolas com os equipamentos necessários e promovendo a adaptação dos programas escolares às novas funcionalidades disponibilizadas por estes equipamentos. Promover a criação de um programa de formação sobre a utilização das tecnologias da informação no apoio às crianças com necessidades especiais, destinados a médicos, terapeutas professores e outros.

Neste contexto, percebe-se que são muitas as ações a serem feitas pelo o sistema educativo para atender a essas pessoas, uma vez que se deve levar em consideração que são várias as especificidades das necessidades e por conseqüência as dificuldades para o aprendizado.

Desta feita, a educação especial é uma modalidade de ensino que desenvolve estratégias pedagógicas voltadas para o atendimento educacional especializado, disponibilizando e orientando sobre recursos e serviços que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular.

Com relação ao atendimento especializado, o mesmo deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em instituição especializada que o ofereça (BRASIL, 2008).

Contudo, para uma análise mais detalhada será focado a Educação Especial com vistas nos avanços legais, entre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a Constituição Federal de 1988, dentre outras fundamentações legais que expõem um paralelo entre os anseios e perspectivas históricas sobre o tema em debate.

2.2 Marcos legais da Educação Especial

A educação especial por longos anos fez parte de uma abordagem assistencialista, em que o contexto histórico brasileiro destaca fatos marcantes. Para Kassir (2003), a Educação Especial é uma área cuja presença das políticas brasileiras é relativamente recente, sendo marcada pela influência do caráter assistencial.

Assim, a história da educação especial no Brasil tem como marcos fundamental a criação do Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant) em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atual, Instituto Nacional de

Educação de Surdos – INES) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (JANNUZZI, 1992). O surgimento desses dois Institutos representou um espaço para o atendimento dos indivíduos com deficiência, porém instituiu a prática da caridade, tão comum no país naquele período.

Dessa forma, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos”, nestas instituições (MAZZOTTA, 1996, p. 29).

Já em 1927, foi criado em Canoas, no Rio Grande do Sul, a primeira instituição brasileira dedicada aos excepcionais, nomeada de Sociedade Pestalozzi. Posteriormente, foi desenvolvido um trabalho pioneiro em favor dos excepcionais, montando uma equipe constituída por profissionais da Psiquiatria, da Psicologia e da Pedagogia na região nordestina (JANNUZZI, 1992), isto representou uma expansão das instituições de educação especial, ainda caracterizadas pela personalidade assistencialista.

No que diz respeito ao tema Educação, Rodrigues (2009) explicita que em 1933, uma Comissão do Ensino Secundário, o Conselho Nacional da Educação, através do Parecer nº. 291, permitiu que alunos cegos entrassem nas escolas do sistema regular de ensino, na cidade de Curitiba-Paraná.

Nesse sentido, é apresentada a responsabilidade sobre a Educação na Constituição de 1934, em que esta passa a ser estabelecida como um direito adquirido por todos, como consta no seu artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Apesar do crescimento do número das escolas públicas iniciadas nesse período, ainda é muito pequeno o número de crianças com deficiência matriculadas. Mediante o que diz o autor Rodrigues (2009) através da Constituição Brasileira de 1934 se estabeleceu, pela primeira vez, como competência da União, a incumbência de traçar as diretrizes da educação nacional, ao mesmo tempo, fica instituído como competência da União e dos Estados a difusão da instrução pública em todos os seus graus.

A partir da década de 50, houve o crescimento das entidades assistenciais privadas e públicas, destacando o surgimento da Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), em São Paulo, destinada a atender crianças com deficiência física, bem como o da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) na cidade do Rio de Janeiro. Essas associações são vistas como um grande passo ao atendimento das pessoas com deficiência, pois passaram a enfatizar também os sujeitos com deficiência física. (BUENO, 1993).

De acordo com Rodrigues (2009), a década de 60 ficou marcada pelo Decreto nº 48.961 que criou a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). Em seguida, houve a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo a educação de excepcionais ao sistema geral de Educação. Portanto, visava à integração desses alunos na comunidade e previa o apoio financeiro das entidades privadas a essas especialidades.

Segundo Bueno (1993), em 1964, a Portaria Ministerial nº 582 reformulou as atividades do MEC no campo da Educação Especial, buscando melhorias na qualidade desse sistema, porém não houve êxito, já que essas práticas não foram consolidadas de fato. Ainda na década de 60, surge o Decreto Lei nº 1.044, trazendo o debate sobre o tratamento especial para alunos de todos os níveis de ensino que possuam deficiência, seja esta de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas determinantes de distúrbios crônicos ou agudos.

Isso mostra que esse período oportunizou a criação de um centro para todos os tipos de deficiência, e ao mesmo tempo, revelou um compromisso do poder público com a Educação Especial, isto é, houve uma maior preocupação com a integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Em 1971, o MEC criou um Grupo Tarefa para discutir a questão da Educação Especial, o qual introduziu a idéia de criar um órgão autônomo para implantar tal educação em todo território nacional representando uma proposta no estabelecimento de um programa integrado de assistência a todas as categorias de excepcionais (MAZZOTTA, 1996).

Outro avanço foi a Portaria Interministerial nº 477/77 (MEC/MPAS) que estabeleceu diretrizes básicas para a ação integrada do MEC e do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) no cenário de atendimento a excepcionais,

discorrendo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médico-psicossocial e de Educação Especial (BUENOS, 1993). Trata, portanto, do atendimento no sistema regular de ensino e em instituições especializadas.

Além disso, foi criado o Decreto nº 84.819 na década de 80, criando no Brasil a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD), tendo como meta as ações simultâneas da ONU, defendendo o lema igualdade e participação plena. Isso veio motivar a sociedade em busca de transformações significativas no país (MAZZOTTA, 1996).

No ano de 1988, o Brasil vive um período de redemocratização, tendo como marco a Constituição Brasileira, esta garante a Educação como direito de todos, instituindo no Inciso III, do Art. 208, do Capítulo III que, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. No mesmo período, foi criada a União Brasileira de Cegos.

O Estado passou a ter a responsabilidade de proporcionar a educação para pessoas com deficiência, pois na Constituição Federal Brasileira (1988) diz no seu artigo 208, inciso III que:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC Nº 14/96 e EC nº 53/2006) [...] inc. III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, com a Constituição Federal de 1988, documento que define e apresenta as leis fundamentais que rege o país não deixou no cenário da Educação de contemplar as pessoas com deficiência, já que no artigo 208, assegura a todos os cidadãos o direito à educação, dando ênfase aos deficientes no inciso III, trazendo como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV).

Conforme Yazlle e Ferreira (2000), a partir de 1990, foi extinta a Secretaria de Educação Especial, em que suas atribuições passam a ser exercidas pela Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). No que tange à Educação, essa legislação determinou e defendeu a responsabilidade integrada e conjunta da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu caminhar socioeducacional, em outros termos, oportunizou a participação da família, da comunidade e do próprio Estado na defesa do direito da pessoa com deficiência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Lei nº 8.069/90), no seu art. 55, reforça os dispositivos supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos e pupilos na rede regular de ensino”.

Dando continuidade a esse processo, Yazlle e Ferreira (2000) mostram que documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva do Brasil.

Ao assumir tal compromisso, o país deveria estabelecer uma profunda modificação no seu sistema educacional inclusivo, construindo formas de acolher a todos indistintamente, com qualidade e competência, principalmente no que se refere aos alunos com deficiência.

Em cumprimento da ânsia de efetivar uma inclusão educacional no Brasil, percebe-se que a Educação Especial surge como anexo ou apêndice da Educação na rede regular de ensino, tendo o propósito de oferecer uma modalidade da Educação na mesma base do ensino regular.

Todavia, direcionada às pessoas com deficiência, a educação deve adaptar-se a alguns aspectos pertinentes à Educação Especial determinando diretrizes que possibilite o acesso e concretização educacional (ARANHA, 2001).

Compreende-se assim, a importância de informações de uma postura inovadora no desenvolver da Educação para este público. No entanto, sabe-se que muitos são os obstáculos à oferta que se faz a este direito educativo direcionado a esse alunado, principalmente naquilo que diz respeito aos padrões da Educação Inclusiva.

No ano de 1994, foi lançado a Política Nacional de Educação Especial que regulou o acesso das pessoas com deficiência às salas comuns, no ensino regular trazendo a inclusão dos conteúdos e disciplinas (REVISTA INCLUSAO, 2005) Já em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), observa-se com bastante clareza a responsabilidade educacional, onde a educação especial é vista como:

Art. 58 - [...] como modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais preferencialmente, na rede regular de ensino deverão assegurar, entre outras coisas, professores especializados ou devidamente capacitados para atuar com qualquer pessoa especial em sala de aula. Admite também que, nos casos em que necessidades especiais do aluno impeçam que se desenvolva satisfatoriamente nas classes existentes, este teria o direito de ser educado em classe ou serviço especializado.

Assiste-se então a um incremento de leis para a Educação afetando todo o sistema educacional, em que o Estado passou a representar um instrumento indispensável para consolidar tal inclusão na escola, através do ensino público regular voltado para pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, em 1998, foi publicado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no intuito de orientar professores, diretores e gestores da política de Educação Especial acerca do processo ensino e aprendizagem eficaz (ARANHA, 2001), pois para incluir sujeitos com deficiência no ensino regular, é imprescindível uma preparação dos profissionais que irão estar envolvidos nesse processo, principalmente o educador que estará em contato direto com os mesmos, desenvolvendo seus conhecimentos e habilidades.

Ainda conforme Aranha (2001) o ano de 2000, foi promulgada a Lei Federal nº 10.098, a qual implantou as normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, criando a Comissão Brasileira de Braille, junto a Secretaria da Educação Especial (SEESP). Isto significa que o Estado Nacional tem procurado, através de elaboração e promulgação de leis, estabelecer condições e meios para que pessoas com deficiência tenham acesso às instituições educacionais bem como o material necessário para alcançar essa inclusão.

Em 2001, foi definido o Programa Nacional de Apoio de Surdos, elaborado pelo Ministério da Educação Especial, com representantes de organizações de e para surdos. Por conseguinte, houve o Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Ainda em 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172 (PNE), que aborda a garantia de vagas na educação especial como:

[...] modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante.

Diante dessas constatações, a escola historicamente se caracterizou pela visão da Educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma

exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da Educação, se evidencia o paradoxo inclusão/ exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizados da escola.

A partir de 2004, conforme a Revista Inclusão (2008) o Decreto nº 5.296, estabeleceu as normas para assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência, ou seja, significou uma conquista no apoio ao acesso universal das esferas públicas. Já no ano de 2007, ainda à luz da Revista mencionada, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como princípios a formação de professores, além de garantir a acessibilidade na escola.

Dessa forma, percebe-se que as leis brasileiras tiveram uma preocupação não só com a Educação, mas com uma educação inclusiva, visto que ela consiste na base da efetivação de projetos de vida do cidadão. Por conseguinte, para que haja a inclusão educacional nos moldes da realidade, não se pode ignorar ou desconsiderar as necessidades especiais destas pessoas, pois tal postura acarreta a exclusão. Neste contexto, os profissionais da educação devem buscar uma postura em consonância com a realidade destes sujeitos e pautada em atitudes e ações que desenvolva uma inclusão real e concreta (PERONI, 2003).

Diante do exposto, no tópico seguinte propõe-se compreender a Educação Inclusiva, visando propor um debate e um estudo teórico mais aprofundado em relação a essa educação e a forma como ela é caracterizada na rede regular de ensino.

2.3 Compreendendo a Educação Inclusiva

Nos dias atuais, ouve-se falar muito em “inclusão social”, quando ao citar o termo social remete-se ao convívio e participação igual em sociedade, e inclusão, ato ou efeito de incluir em algum lugar ou sistema.

Nestes termos, Carvalho (1998, p. 112) afirma que “um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa”; esta é uma visão sobre inclusão que leva em consideração os direitos de todos os cidadãos. Corroborando com o autor supracitado, a Revista Inclusão (2008, p. 09) revela que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Portanto, essa educação tem como foco principal a efetivação dos direitos humanos no sistema educacional, onde se defende o valor da equidade, criando estratégias para romper com a discriminação e superar a exclusão, por meio da interação entre os alunos.

Este cenário remete a compreensão da educação inclusiva, destacando a Declaração de Salamanca (DS) realizada na Espanha em 1994, que ficou conhecida assim, por se tratar de uma Conferência Mundial sobre a Educação Especial, recebendo o mesmo nome da cidade acolhedora do evento, onde este teve o propósito de debater e fornecer diretrizes básicas para reformas políticas no sistema educacional em consonância com o movimento de inclusão social. Segundo o documento da Declaração de Salamanca DS (1994. p.11), o seu eixo primordial é a inclusão na educação.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificação organizacional, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Em decorrência dessa Declaração, a educação inclusiva passou a ganhar mais destaque, uma vez que foi apresentado e defendido um conjunto de princípios e políticas direcionadas a responder as necessidades de pessoas com necessidades educacionais especiais. A partir desta, veio a determinação da substituição dos termos excepcionais e deficientes por necessidades especiais. Segundo Carvalho (1998, p. 35):

A educação inclusiva se propõe a aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar e a redução da exclusão escolar e social, pois a educação é um direito humano e fundamental... para desenvolvimento do cidadão.

Compreende-se com isto, que a Educação Inclusiva ao ser efetivada elimina a exclusão e proporciona o crescimento do ser humano nas duas vias, a do docente e

do discente.

De acordo com Mantoan (2002, *apud* Revista Inclusão, 2005, p. 28), “a escola inclusiva é aquela capaz de oferecer condições de apreender, na convivência nas diferenças e que valoriza o que consegue entender do mundo e de si mesmo”. Com isto, conclui-se que a educação inclusiva é o meio de lutar no combate as ações e atitudes discriminatórias, ajudando a criar e desenvolver uma sociedade acolhedora, inclusiva solidária e igualitária.

O atendimento das várias necessidades educativas dos alunos é certamente o desafio mais importante que o professor tem de enfrentar em nos dias atuais.

Para Kassir (2003), de fato é tão desafiador que muitos educadores afirmam que, tanto eles, quanto as escolas não estão preparadas para assumir tamanha responsabilidade, e mais, a escola não está estruturada nem fisicamente, nem humanamente para oferecer tal atendimento.

Consoante com isso, Santos (2002, *apud* RODRIGUES, 2009, p. 196) menciona que:

As escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para planejar, aprender, avaliar currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Nessa perspectiva, é preciso que as escolas insiram no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), um currículo voltado para o trabalho inclusivo, e que de fato, valorize as diferenças (Revista Inclusão, 2005), pois através deste, pode-se planejar e aperfeiçoar a oferta curricular com vistas a uma transformação nos serviços educacionais.

Além disso, a política inclusiva deve reconhecer a especificidade de aluno, isto é, a dificuldade de cada um destes, respeitando as suas diversidades o que exige da escola e seus profissionais compromisso para consolidação de espaços acessíveis, tanto no aspecto físico como também no pedagógico, isso perpassa a idéia de permanência física do aluno com deficiência e atinge a proposta do Plano de Ação da Educação Inclusiva.

Segundo a Revista Inclusão (2005) o Plano de Ação da Educação Inclusiva apresenta estratégias, no intuito de modificar as condições do âmbito escolar no sentido de efetivar a inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência, organizando

os recursos humanos, pedagógicos e estruturais para viabilizar essas ações. Em outros termos, esse Plano implica em um planejamento de ações que reconhece a diversidade de cada educando.

2.4 A atuação docente frente aos alunos com deficiência

A abordagem ao tema inclusão, para além das questões que aqui já foram declaradas como necessárias para um repensar, deve ainda refletir sobre a atuação do professor para está no trabalho cotidiano com alunos deficientes físicos.

A atuação docente para o trabalho com alunos com deficiência visual passa, necessariamente pelo tema “Atendimento Educacional Especializado” em que a LDB, no artigo 58 proclama que:

O Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Santos (2010) ao tratar da formação docente assevera que o AEE deve estar contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Neste caso, a atuação docente requer a existência de um espaço com recursos, a chamada sala de recursos multifuncionais na escola, ate porque os alunos com deficiência física não podem ficar sem esse espaço, visto que ele é propicio para atuação docente eficaz e de suma importância para o processo de ensino aprendizagem do aluno deficiente.

Acerca da atuação docente, é cabível salientar ainda que a organização da escola para atender o aluno com deficiência deve contemplar como prioridade do trabalho a oferta de cursos de formação inicial e continuada dos professores, de modo que essa formação irá estar expressa nos planos AEE que resultarão na escolha do professor quanto ao uso dos recursos didáticos, equipamentos e material de apoio que este necessitar para desenvolver seu trabalho em classes com alunos deficientes.

Sendo assim, Santos (2010, p. 23) diz que

Na perspectiva da inclusão escolar, o professor da Educação Especial não é mais um especialista em uma área específica, suas atividades desenvolvem-se preferencialmente, nas escolas comuns, cabendo-lhes, no

atendimento educacional especializado aos alunos público-alvo algumas atribuições (...)

Santos (2010) diz que, com efeito, para atuar no AEE os professores devem ter formação específica para este exercício e essa formação deve atender aos objetivos da Educação Especial pela ótica da Educação Inclusiva. Outrossim, os cursos de formação continuada ou de aperfeiçoamento que são indicados e propostos para os professores atuarem nessa modalidade são cursos que irão capacitá-los, atualizá-los e ampliar seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE de modo que venham a atender a seus alunos .

Na verdade, tal formação consiste em um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP). A formação docente deve ser uma preocupação constante e fundamental, pois dela depende a aprendizagem dos alunos com deficiência e também a capacidade do professor para habilitar seus alunos mediante o processo de inclusão. A formação não é uma tarefa somente do professor, mas toda comunidade escolar deve estar à frente dessa formação (**SANTOS, 2010**).

No que diz respeito aos cursos de formação em nível de aperfeiçoamento ou especialização, **Santos (2010)** sugere que as ações realizadas nestes cursos sejam destinadas à aplicação de metodologias ativas de aprendizagem que tragam, pois, novas formas de produção e organização do conhecimento .

Conforme ressalta **Santos (2010, p. 29)** “tradicionalmente, os cursos de formação continuada são centrados nos conteúdos”, daí que a inclusão não é somente a inserção do aluno com deficiência na escola regular ou comum, é preciso entender que a formação do professor está também bastante atrelada a essa inclusão e nela inclui-se as metodologias ativas de aprendizagem que demandam uma mudança de atitude por parte do profissional docente.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e que devido a isso é comumente designada enquanto Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB tem a função de nortear os aspectos do sistema educacional “especializado e normalizado” brasileiro da creche ao ensino superior, passando pelos níveis técnicos e profissionalizantes.

A LDB cuja redação final é de 1996, porém vem sendo constantemente modificada e atualizada para dar suportes ao ensino brasileiro. A última edição consta de 2010 e possui um capítulo que trata acerca da Educação Especial.

No Capítulo V a educação especial é conceitualizada enquanto “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais” (LDB, 2010). Algo positivo em relação a isso é o fato de se ver a Educação Especial enquanto modalidade de ensino e que este é obrigatoriamente ofertado nas escolas comuns da rede regular. Tratá-los assim, pressupõe que deva direcioná-los um cuidado especial que nem sempre diz respeito ao seu ensino, mas a saúde, ao seu convívio com os demais, dentre outros.

A característica de “portadores de necessidade especial atribuída às pessoas com deficiência (PCD’s), de acordo com Mantoan (2005) dificulta a distinção entre o modelo médico-pedagógico e o modelo educacional-escolar que disputam um lugar nessa modalidade de ensino. Essa falta de clareza, de definição de métodos de ensino faz retroceder todas as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos com deficiência.

“Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular (...)” (MANTOAN, 2005, p.20)

A imprecisão presente nos textos legais acentua ainda mais as contradições do sistema educacional e provocam a retroação das iniciativas que visam o progresso da educação das pessoas com deficiência, assim, convive-se com avanços e com o retrocesso imposto por algumas legislações.

Destarte **Minto (2000)**, afirma que há uma certa preocupação em relação ao uso de termos pela LDB, isso ocorre quando assegura um ensino “preferencialmente na rede regular”. O termo gera equívocos: o ensino pode ser dentro da escola regular, porém não necessariamente na classe comum, já que algumas escolas interpretam a inclusão como a oferta de ensino dentro de classes especiais que são colocadas em seu interior e que utilizam as mesmas práticas pedagógicas de instituições especializadas.

O 2º do art. 58 da LDB, a partir da análise de **Mazzotta (2005)** define que a educação escolar deve desenvolver-se em instituições próprias sempre que as condições do aluno não permitirem a sua inserção no sistema regular de ensino. O pior ocorre, **segundo Mantoan (2005)**, quando não se consente a pessoas com deficiência ou a seus pais a opção de escolha, limitando-os a restringir-se ao sistema especializado que é imposto pela escola ou pela própria rede de ensino.

Num sistema inclusivo, as singularidades ou especificidades do educando não pode ser justificativa para segregá-lo em instituições especializadas, mas deve ser compreendidas para que se possam propor alternativas e novos métodos de ensino que valorize suas potencialidades. E é o Estado, enquanto protetor social, que tem a responsabilidade de criar e programar as condições necessárias para que haja a inclusão, adequando-se as condicionalidades de cada indivíduo.

A LDB deixa uma lacuna em relação a garantia da acessibilidade, um dos principais aspectos da inclusão social. **De acordo com Mantoan (2005)**, para que haja a inclusão escolar é imprescindível que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino apropriadas às diferenças de seus alunos, além dos recursos e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, sem discriminações. Deve-se ficar claro que os recursos utilizados como, interpretes de língua de sinas, braile, não substituí o papel do professor na sala de aula, apenas auxilia-o. Essa última afirmativa é encontrada no art. 59 da LDB, reafirmando a responsabilidade do Estado no provimento das condições que asseguram a inclusão.

A garantia de professores especializados nos diferentes níveis de ensino é assegurado ao educando através do art. 59 da LBD.

Art. 59 – os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- i- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- ii- Terminalidade específica para aqueles não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- iii- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- iv- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentem uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- v- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular;

Segundo **Mantoan (2005)** para que este aspecto seja concretizado todos os níveis dos cursos de formação de professores devem ter seus currículos

modificados, de modo que os atuais alunos e futuros educadores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. Não só os cursos acadêmicos, mas o próprio sistema de ensino em geral deve ser modificado.

Um aspecto importantíssimo a ser alterado é o processo de avaliação nos níveis fundamental e médio. A LDB no art. 24 prevê que a avaliação de rendimento se der através de:

“avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”

O processo avaliativo deve ser reorganizado para assegurar os direitos constitucionais de forma equitativa enquanto cidadão de direito e a permanência do aluno na escola bem como do acesso de todos aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, levando em consideração a capacidade de cada um. **(MANTOAN, 2005)**

Mesmo com toda a discussão sobre educação inclusiva que o século XXI abarca, as constantes modificações na nomenclatura que refere-se às pessoas que possuem algum tipo de deficiência e as atualizações realizadas na lei, percebe-se que a LDB em parte não evoluiu e que a inclusão é apenas uma sinalização de algo que possa ser concretizado no futuro. Porém, é de se considerar que houve sim avanços em torno da problemática e que a educação destinada as pessoas com deficiência, hoje, é configurada como política pública e que enquanto tal será analisada no item abaixo.

Nesse sentido, não são levados em consideração as diferenças, a heterogeneidade, a singularidades dos seres. Mudou-se as propostas, a legislação, porém a prática continua a mesma. Nesta direção, e a partir da análise de **Mendes & Silva & Pletsh (2011)** as práticas continuam sendo as mesmas. Ocorre apenas a adaptação do sujeito aos currículos e não o contrário. Se um sistema não realiza a crítica a si mesmo, o que se pode esperar deste sistema?

De acordo com **Mendes & Silva & Pletsh (2011)** a aplicabilidade da política levou a uma nítida tentativa de adaptar os modos de aprender ao modo de ensinar e à exclusão sistemática daqueles que não conseguiam se adequar. Como alternativa a esta problemática surgiu agora o Atendimento Educacional Especializado AEE, que pode contribuir ainda com essa igualização. Teoricamente, poderíamos depreender que esse esforço de igualização dos sujeitos na escola poderia ser

válido justamente porque a escola continua trabalhando com um único currículo comum para todos. No entanto, a fragilidade do conhecimento escolar oferecido em sala de aula, quando não negado, é revelador dos limites da inclusão. As alternativas constituídas, em vez de ajudar nesse acesso, acabam sendo formas de adaptar o aluno ao modelo escolar.

Com isto, observa-se que o processo de inclusão proposto pela política de nível nacional está inserido num contexto social regulado por mecanismos de poder e controle, tendentes a reprodução das desigualdades sociais, que se não forem revestidas legitimarão a exclusão. Percebe-se, que as alternativas curriculares pensadas quando não possuem um suporte analítico constituem-se em práticas uniformizadoras e homogeneizadoras, reafirmando aquelas que impulsionaram o seu surgimento.

De acordo com a LDB 9394/1996, a proposta de inclusão a partir do estudo aqui realizado tem-se como objetivos de pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

- Analisar como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual na escola regular de ensino público em âmbito municipal na cidade de Picos - PI.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Refletir sobre o processo de inclusão, dadas as questões que pressupõem;
- Identificar de que maneira a escola pública em âmbito municipal, tem buscado promover a inclusão dos alunos com deficiência visual;

5. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Após a abordagem da deficiência a partir do contexto legal, dos tipos de deficiência, da análise histórica dos direitos e garantias das pessoas com deficiência, bem como a legislação vigente, a atuação do Estado brasileiro frente à essa proposta de inclusão, é chegada a hora de fazer uma análise como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual na escola regular de ensino público em âmbito municipal (Política de Educação Inclusiva no município de Picos).

Assim, pois, como precedente á realização deste trabalho, foi realizada em âmbito municipal da cidade de Picos uma pesquisa voltada para a área da inclusão das pessoas com deficiência visual nesta escola da rede pública com o propósito de analisar suas possibilidades de acesso à escola.

Com a perspectiva de descobrir as causas que impedem muitas pessoas com deficiência de freqüentarem a escola pública regular, mesmo existindo leis que garantam sua inclusão, a pesquisa tem como foco principal, elucidar e/ou identificar a existência ou não de alunos com algum tipo de deficiência matriculados na escola delimitada acima, verificando os principais fatores que constituem empecilho ao seu acesso, observando se este encontra-se na ação profissional, e com isso, examinar como professores e alunos vêem o processo de inclusão escolar e qual a contribuição da instituição quanto a isto. Ainda, saber com alguns adolescentes com deficiência, que não freqüentam nenhuma instituição de ensino regular, o motivo pelo qual não estão inclusos no sistema de educação inclusiva.

Assim, procura-se contribuir para uma nova organização do sistema de ensino público, mostrando que a deficiência não é uma restrição que impeça o aluno de freqüentar a escola regular, convivendo com uma diversidade de características humanas que contribui para amenizar suas restrições educacionais ocasionadas e agravadas por seu tipo de deficiência. As análises partiram da premissa de que a escola é um local de construção de sujeitos e sendo a garantia de um futuro melhor, deve investir em pessoal qualificado e estrutura adequada para receber alunos com características diversas e amenizar a discriminação e a exclusão em que diariamente estão submetidos.

A escola onde foi realizada a pesquisa pertence á rede pública estadual de ensino no município de Picos- PI e funciona há mais de três décadas. Atualmente conta com um número de alunos entre 800 e 900 alunos distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite. Há quatro anos atende alunos com deficiência, tem uma estrutura física considerável, tem um pátio grande sala dos dois lados e afrente é adaptada com rampas para melhorar o acesso, os banheiros são adaptados, sala com vários recursos multifuncionais onde eles fazem o primeiro contatos com os recursos destinados ao uso do aluno com deficiência, mas não está ainda totalmente adequada, pois é fato que algumas adaptações não aconteceram ainda, como o piso tátil, sinalizadores para facilitar o acesso a os mesmo, assim é uma escola grande e que tem um número relevante de alunos com deficiência para atender.

A escola trabalha de forma homogênea o repasse dos conteúdos aos alunos com deficiência inseridos nas classes regulares. Pode-se aqui deduzir que não levam em consideração as limitações individuais na avaliação de desempenho. É fato que o aluno com deficiência Visual requer, maior atenção quanto à elaboração de suas atividades, por que na hora de ir pra sala multifuncional aquele profissional muitas vezes não consegue passar pra o Braille algumas atividades, não por o profissional da sala especial, e sim o da rede regular.

A baixa qualificação profissional é outro elemento falho da política de inclusão que a escola tem, daí **que segundo Beyer (2010, p. 73)**, outro desafio posto à inclusão escolar é a formação profissional que deixas lacunas quando colocadas em prática.

Muitas vezes, os professores têm uma formação superior em uma área e atua em outra, o que pode ainda mais prejudicar seu desempenho docente, já que por trabalharem em áreas afins, acabam em sua atuação não tendo uma teoria que embase a sua prática, fazendo com que levem em consideração apenas a sua experiência.

Na verdade, a existência de uma baixa qualificação profissional que explique todos esses aspectos, é decorrência da inexistência de uma capacitação, já que os professores da classe regular da escola não passaram por um processo de capacitação para trabalhar com a perspectiva da inclusão, o que explica o fato de utilizarem uma didática homogênea.

Assim, afirma-se que o Estado continua utilizando políticas emergenciais, já que para ele é mais fácil e viável capacitar os professores da classe especial que trabalham diretamente com vários alunos com deficiência do que os da classe regular, que tem inclusos um ou dois.

Isso comprova mais uma vez, que o Estado não dá as condições necessárias para que a inclusão escolar de alunos com deficiência sai do papel e seja efetivada.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo foi uma pesquisa de campo, realizada no município de Picos- Piauí e configura-se como uma pesquisa científica que, **segundo Gil (1999, p. 42)** “tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Com base nessa informação, o estudo se classifica de acordo com a natureza, objetivos e procedimentos em sua realização.

Quanto à natureza, o estudo é de natureza qualitativa porque têm como princípio interpretar fenômenos e atribuir-lhes significados. Quanto ao objetivo será uma pesquisa de caráter exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses.

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa é bibliográfica que **segundo Severino (2002, p. 39)** “a documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos dentro de uma área do saber”.

Em seguida realizou-se uma pesquisa de campo, um estudo descritivo e exploratório para melhor validar as informações trazidas pelos construtos teóricos e revelar a legitimidade das informações coletadas.

6.2 Campo e sujeito da pesquisa

A pesquisa bibliográfica fez um levantamento de dados teóricos que foram construídos por estudiosos do tema e áreas afins. A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma escola pública que possui uma atenção especializada na Educação para pessoas com necessidades especiais e teve como referencia o atendimento oferecido aos alunos com deficiência.

A pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados, uma entrevista (roteiro em anexo) aplicada a professores da escola, bem como ao gestor da instituição para melhor detectar a veracidade das informações.

A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo foram analisados a partir do material teórico utilizado neste trabalho, comparando a teoria com a prática.

Gestor:

A professora da escola que respondeu a entrevista.

1- Qual sua formação?

Em Letras/Português, tenho Especialização em Língua Portuguesa e formação continuada em Deficiência Visual e já atua no magistério há 18 anos.

2- O que entende por deficiência; a professora diz:

A deficiência é a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, sensorial, física e anatômica.

3- O que é Educação especial na rede regular?

A Educação Especial hoje assume um papel de Educação Inclusiva e ainda se encontra em fase de aprimoramento.

4- Quais aos recursos disponíveis na escola para trabalhar na Educação Especial? A professora afirma que

A escola dispõe de computadores, impressoras a laser e em Braille, acervo bibliográfico em Braille, lupa eletrônica, televisão, reglete e punção.

5- Que tipo de formação recebeu da escola para atuar na Educação Especial?

A professora informa que fez cursos de formação continuada da Secretária de Educação Especial.

6- Quais os tipos de deficientes que a escola recebe?

A escola recebe aluno com deficiência de diversas naturezas, entre os quais pode-se destacar: TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento), Deficientes Visuais, Deficientes Auditivos e Deficientes de Aprendizagem.

7- Ao se tratar da deficiência visual, quais às dificuldades que a escola tem enfrentado, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A dificuldade reside na resistência maior dos professores que atuam em salas regulares do ensino, no sentido de que não compreendem que algumas atividades não são possíveis de ser realizadas pelos alunos com deficiência visual. Porque os alunos que tem problemas com a visão (baixa visão, cegueira ou mesmo o comprometimento total da visão) tem as mesmas atividades que os demais alunos, eles dão a tarefa para o aluno deficiente normal, que no contraturno vai para a sala especial e transforma as atividades em Braille para que eles possam desenvolvê-las.

No entanto, não são todas as atividades que podem ser transportadas para o alfabeto Braille.

8- Quantos alunos a escola atende atualmente? A professora diz que:

A escola conta hoje com Atendimento Educacional Especializado para 15 alunos com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial e destes 06 são alunos com deficiência visual, o que significa uma parte considerável, pois os demais estão distribuídos entre outras formas de deficiência.

9- O que você acha da experiência de trabalhar com alunos deficientes?

A experiência de trabalhar com alunos deficientes é uma experiência gratificante por contribuir muito com a inserção desses alunos no meio social.

10- A escola esta adaptada fisicamente e pedagogicamente para atender os alunos com deficiência?

Na parte física têm-se as rampas de acesso, os banheiros, no entanto, não tem piso tátil, nem sinalizadores e na área pedagógica a professora afirma que sente uma necessidade de mais compromisso por parte de professores que atuam na rede regular, sendo necessárias adequação e adaptação às mesmas.

Entre os muitos aspectos que foram observados na escola eleita como lócus de pesquisa, faz-se necessário aqui abordar alguns destes que tem fundamental relevância para esse estudo, quais sejam: a inexistência de classes especiais que ofertem reforço aos alunos com necessidades educacionais especiais. De fato, foi possível observar que a estrutura física da escola, embora tenha sido uma das primeiras propostas de reformas para a inclusão, ainda não está adequada como deveria. No período de pesquisa, foi possível observar que a escola possui apenas a rampa de acesso e os banheiros, não há pisos, nem sinalizadores, o que tem dificultado enormemente a mobilidade dos alunos com necessidades especiais.

A este aspecto atribui-se a seguinte análise: a escola, **segundo Beyer (2010)**, enquanto instituição de educação formal e construtora de personalidades, sempre pautou-se em uniformidades para a formação de suas turmas. As turmas eram formadas a partir de aspectos como idade, comportamento, desempenho escolar, níveis de restrição do aluno para absorver o conteúdo etc.

Com isso, foi introduzida na sociedade a cultura de que alunos com deficiência deveriam ser restringidos a escolas normais e alunos ditos “normais” a

escolas regulares. Porém, novas idéias passaram a orientar novas propostas educacionais, como por exemplo, classes especiais dentro ou fora da própria escola que ofertam reforço aos alunos com necessidades educacionais.

“Na escola regular muitos não precisam de ajuda especial para atingir os alvos propostos. Algumas crianças precisam somente de ajuda temporária, em algumas áreas do currículo. Já outras necessitam de ajuda específica e até mesmo terapêutica (...) isso é denominado princípio da ajuda diferenciada da aprendizagem” (BEYER, 2010, p. 30).

Nesse sentido, incluem-se as classes especiais, que existem de fato na escola regular da Rede Pública Estadual de Picos, mas como uma forma de “capacitar” os alunos com deficiência para que eles possam depois ser inclusos nas classes regulares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar como vem acontecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual, o presente estudo buscou discutir elementos interessantes da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino em um recorte na realidade de Picos.

A proposta de inclusão de alunos especiais é um imperativo social. As propostas de atendimento aos alunos com deficiência visual nas escolas comuns ainda deixam a desejar e não vem a respeitar as especificidades e os limites de aprender que estes alunos demandam.

Durante o período de pesquisa e na visita a escola, foi possível perceber que há muito para ser feito, pois a inclusão traz a tona o debate no que diz respeito à questões importantes que devem acontecer nas escolas. Ficou claro que os professores se sentem ainda mal preparados para atuar com a devida eficiência que a modalidade requer, também é possível perceber que os alunos considerados “especiais” têm seu espaço limitado e poucas condições. No entanto, sentiu-se que não são os professores, os alunos e a escolas os responsáveis pelas falhas que se vivenciam e pelas dificuldades que o ensino para as pessoas com deficiência visual oferece.

Na verdade, o que faz acreditar é que as dificuldades são maiores do que as condições que são exigidas pelos órgãos competentes. Com isso, exige-se dos

professores, da escola e da comunidade em geral , mas não se oferece as devidas condições de inclusão. Em vários momentos e discussões com os funcionários da escola, questionou-se: o que é inclusão? Como esse espaço entende a inclusão com tanta dificuldade para fornecer, o mínimo do necessário para incluir os alunos com necessidades especiais?

Diante desses questionamentos, ocorreu que, a inclusão é um processo difícil de fazer, as condições são poucas e o alunos ainda não recebem o tratamento adequado para ser educado nos moldes que a lei preconiza, por essa razão, a inclusão se torna exclusão e as dificuldades só aumentaram.

Face às estas dificuldades detectadas, compreende-se que a Educação Especial das pessoas com deficiência visual acontece permeada de conflitos e se encontra enraizada em uma cultura que não tem sido educada para acolher estas pessoas, mas vê-las sob a ótica da segregação que exclui ou os percebem como incapazes.

É consenso, pois, que a cultura em relação às pessoas com deficiência visual, assim como as demais precisam rever suas posturas em relação ao tratamento dado a estas pessoas. No mínimo a proposta de inclusão precisa ser repensada. Isto porque a deficiência visual não pode ser vista como uma diversidade a ser defendida e mantida fora do contexto social, mas precisa ser encarada na sua existência e com toda complexidade que envolve.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, I. Avaliação e Intervenção em Multideficiência. Centro de recursos para a multideficiência. Ministério da educação. Lisboa, 1995.

ARANHA, M.S.F. **inclusão Social e Municipalização**, In: Novas Diretrizes da Educação Especial. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado e 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, nº 248, 23, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial: **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, MEC, SEESP, 2001.

_____. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990;

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989;

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001;

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB9. 394 de 20 de dezembro de 1996;

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999;

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MÊC/SEESP, 2001.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração e segregação do aluno diferente**. S.P: Cortez, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 01, p. 29-34, out. 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A Declaração de Salamanca sobre princípios**. Política e Prática em Educação Especial. 1994.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2000.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2007.

_____. **Da Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2002.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1997.

GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. In: **Revista Nova Escola**. Editora Abril, nº 206, 2007.

FAVERO, E. A.G; PANTOJA, L.de; MANTOAN, M.T. E. O acesso de alunos com deficiências às classes e escolas da rede regular. In: **INCLUSÃO: Revista da Educação Especial / Secretária de Educação Especial**. v. 1, n. 1 – Brasília, 2005.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

***MANTOAN, M^a. T. E. O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola. In: RODRIGUES, D.(Org.), - **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, São Paulo: Summus, 2005

***MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2002.

***MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Trabalho Docente e Formação de Professores em Educação Especial**. São Paulo, 2005.

***MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PRIETO, Rosangela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Valéria Morin Arantes (Org.), 2. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, J. **Deficiência mental leve - um estudo sobre as concepções da deficiência frente a perspectiva inclusiva**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2001.

RODRIGUES, Inácia. **Educação Especial**, CEERSEMA – FTM, 2009.

SANTOS, Marilene Ribeiros dos. **A interação do aluno com deficiência na rede de ensino**. Novos conceitos, novas emoções. Rio de Janeiro: Pioneira. 1999.

_____ **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2. Ed. São Paulo: Plexus, 2004.

APÊNDICE:**ENTREVISTA FEITA COM O GESTOR****1- IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Qual sua Formação acadêmica?

Ensino Superior completo em pedagogia, pós- graduada em gestão

1.2 Tempo de serviço:

23 anos

2) O que você entende por Deficiência?

Qualquer incapacidade física ou motora de exercer alguma atividade, ou desempenhar alguma tarefa com destreza e coordenação.

3) Como você define hoje a Educação Especial na rede regular de ensino público?

Como uma forma de inclusão e socialização dos indivíduos portadores de necessidade especial.

4) Quais os recursos disponíveis na sua escola para a Educação Especial?

5) Que tipo de formação o professor recebeu escola para atuar na Educação Especial?

6) Que tipo de deficientes a escola recebe?

TGD-Transtornos globais do desenvolvimento, deficientes visuais, auditivo e deficiente de aprendizagem.

7) Especificamente no caso da deficiência visual, que dificuldades a escola tem enfrentado em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógicos?

Muito não definiu a resposta.

8) Quantos alunos deficientes a escola tem hoje?

Não definiu.

9) Como é a experiência de trabalhar com alunos deficientes?

Enriquecedora, pois podemos exercer a cidadania, aprendemos a conviver e a respeitar as diferenças, as limitações do próximo, além de aprender e crescer com as diversidades.

10) A escola está adaptada física e pedagogicamente para os alunos deficientes? Justifique sua resposta.

Sim, possuímos rampa de acesso, banheiro dentro dos padrões exigidos, salas ambientadas e adequadas às atividades, professores orientados e disponíveis à realização das atividades junto aos alunos portadores de necessidades especiais, usou o termo portador e hoje não se usa, mas.

ENTREVISTA COM PROFESSORA DA SALA ESPECIAL

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1 Qual sua Formação acadêmica?

Graduada em Letras / português, Especialização em Língua portuguesa com formação continuada em deficiência visual.

1.2 Tempo de serviço:

18 anos atua na educação

2) O que você entende por Deficiência?

É a ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, sensorial. Física e motora.

3) Como você define hoje a Educação Especial na rede regular de ensino público?

A Educação Especial hoje assume o papel de Educação Inclusiva e ainda se encontra em fase de aprimoramento.

4) Quais os recursos disponíveis na sua escola para a Educação Especial?

Computadores, impressoras a laser em Braille, máquinas datilografia Braille, acervos bibliográficos em Braille, lupa eletrônica, televisão, reglete e punção.

5) Que tipo de formação o professor recebeu para atuar na Educação Especial?

Cursos de formação continuada pela Secretária da Educação Especial.

6) Que tipo de deficientes a escola recebe?

TGD-Transtornos globais do desenvolvimento, deficientes visuais, auditivo e deficiente de aprendizagem.

7) Especificamente no caso da deficiência visual, que dificuldades a escola tem enfrentado em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógicos?

A resistência da maior parte dos professores que atendem em sala regular de ensino, no sentido de não compreender que algumas atividades não são possíveis de ser realizadas por deficiente visual.

8) Quantos alunos deficientes a escola tem hoje?

15 alunos

9) Como é a experiência de trabalhar com alunos deficientes?

É uma experiência muito gratificante por contribuir com a inserção desses alunos no meio social.

10) A escola está adaptada física e pedagogicamente para os alunos deficientes? Justifique sua resposta.

Na parte física, temos rampas de acervo, banheiros, mas falta muito ainda piso tátil, sinalizadores nas áreas pedagógicas, sentimos a necessidade de mais compromisso por parte de professores que atuam na sala regular.